

A publicação Vozes do Centro prossegue a sua rota de navegação da Rede nos distritos de Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém e Viseu fazendo-se eco da mobilização dos parceiros / aderentes e companheiros nas iniciativas que vão promovendo, na reflexão que vai alimentando as decisões, no protagonismo que vai emergindo dos diversos processos em que se empenham no combate às situações de pobreza.

Se os princípios de orientação estratégica estão alicerçados em diagnósticos fundamentados tanto ao nível europeu como ao nacional – vide as estatísticas, os estudos académicos, as pesquisas facultadas pela panóplia de projectos de Investigação-Ação, o conhecimento difundido - é ao nível local que a intervenção se torna determinante na imprescindível mudança de condições de vida para um tão elevado número de cidadãos e cidadãs.

Diversos instrumentos emanados das organizações internacionais reafirmam o imperativo de agir. Já em 1948 se consignava na Declaração Universal dos Direitos do Homem que: Qualquer pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para assegurar a sua saúde, o seu bem estar e da sua família, incluindo alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e serviços sociais necessários; tem direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, velhice e nos outros casos de perda dos seus meios de subsistência por causa de circunstâncias independentes da sua vontade. Embora existindo à escala planetária a unanimidade necessária para se terem estabelecido, em 1999, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana, a avaliação feita revela que os tímidos progressos ficam aquém dos que seriam suficientes para atingir as metas fixadas.

No espaço europeu, não obstante o discurso, as propostas e compromissos assumidos, designadamente o PNAI - Plano Nacional de Acção para a Inclusão, a sua transversalidade face aos restantes sectores da sociedade e o seu Método Aberto de Coordenação, especificamente no que toca a Portugal demora a dar mostra de redução da pobreza. □

Não é, portanto, por falta de instrumentos políticos e de enumeração de medidas que a taxa de pobreza se mantém tão elevada, com a agravante ainda de abranger pessoas que até há pouco estavam ao abrigo desse risco. Neste quadro impõe-se rever métodos e estratégias e assim pergunta-se: o que será primordial fazer? Que públicos privilegiar? Que acções empreender?

O ano de 2008 (termo do actual PNAI) será decisivo para a preparação do Ano de 2010 – Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social, sobretudo para configurar acções que se constituam verdadeiramente eficazes, na fidelidade aos princípios de equidade e coesão social de que a Europa é, no espírito e na forma de constituição, portadora. Para tal cabe às Organizações Não Governamentais, em cujo âmbito a REAPN se inclui, um papel de forte incremento de uma cultura de solidariedade que torne insustentável à escala local, na proximidade de vizinhança, qualquer situação de pobreza. A particular atenção à pobreza infantil fará identificar as condições que se revelem atentatórias da dignidade humana e do direito ao crescimento harmonioso das crianças de hoje.

Porém, sabendo-se que a dinâmica da integração social individualizada nunca reduziu e não reduzirá a dinâmica da exclusão, o ponto de aplicação das energias da intervenção deve ter por objecto a redução das redes de exclusão e não em primeiro lugar uma normalização qualquer que ela seja (Jacques Beauchard). Assim, resta aberto um longo caminho para a cooperação com as autarquias e um desafio para se prever o resultado da luta de erradicação da pobreza (condições habitacionais, eliminação de bairros degradados e estigmatizados, sucesso escolar, formação profissional, eventos interculturais e, obviamente, com a participação dos destinatários...)

Se há campo para a subsidiariedade, este é um deles. Porém, as parcelas locais fazem parte do todo nacional e europeu. No primeiro caso, haverá que abrir alguma janela para a comunicação com o poder legislativo (por exemplo estabelecendo diálogo com a comissão parlamentar adequada) dando conta das carências que comprometem o trabalho local e propondo as medidas destinadas a complementar a acção local ou regional.

Esta interacção de quase nula tradição, será um novo trilho que reforçará o exercício da cidadania e o empowerment das organizações da sociedade civil na luta pelos direitos de quem está na margem e não é ouvido, que a REAPN, tem procurado colmatar através de iniciativas, como é exemplo, os Encontros de Pessoas em Situação de Pobreza, realizados no Porto, em Coimbra e em Évora a 17 de Outubro de 2007- Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza. □

Tília Fonseca

Vice-Coordenadora do Núcleo Distrital de Santarém

## Ficha Técnica



### Propriedade

Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal  
Rua de Costa Cabral, 2368 - 4200-218 Porto  
Tel. 225 420 800 - Fax 225 403 250  
E-mail: geral@reapn.org • www.reapn.org

### Coordenação editorial

Núcleo Regional do Centro  
(Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém, Viseu)  
Gabinete de Informação  
Gabinete de Desenvolvimento

Design, Paginação e Impressão  
A Diferença, Lda - Tel.: 255 911 042

Periodicidade  
Quadrimestral

Tiragem  
1.500 exemplares

Depósito Legal  
247626/06

Distribuição  
Gratuita

### 1. Antecedentes e Enquadramento

Em 2007, a iniciativa proposta pela REAPN para assinalar o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza – 17 de Outubro tentou trazer para um nível regional, a tónica da participação das pessoas desfavorecidas, ideia que tinha, até então, tradição na REAPN, embora a outros níveis. Destaca-se aqui, a representação portuguesa nos Encontros Europeus das Pessoas em Situação de Pobreza, o Projecto Activar a Participação e o Projecto Isto Inclui-me. A ideia subjacente à filosofia destes eventos é a de “dar voz aos excluídos”, às pessoas que normalmente não a têm em quase nenhuma circunstância e de promover a discussão – e a participação – dessas pessoas de forma a poderem pronunciarem-se sobre as medidas de política social que as afectam directa ou indirectamente desde a sua concepção à avaliação. □

Este processo vem sendo uma das “bandeiras” da REAPN desde a sua fundação, quer a nível nacional quer a nível europeu. A Assembleia Geral da EAPN em 2000 (Barcelona) definiu a Participação como sendo uma parte essencial da estratégia de inclusão. Na declaração final os delegados pediam a todas as estruturas das redes nacionais que realizassem um esforço para “procurar vias de aumentar a participação das pessoas em situação de pobreza no trabalho desenvolvido pelas redes” Este foi o ponto de partida para o início da realização dos Encontros Europeus das Pessoas em Situação de Pobreza, cujo primeiro foi realizado em Bruxelas (em 2001).

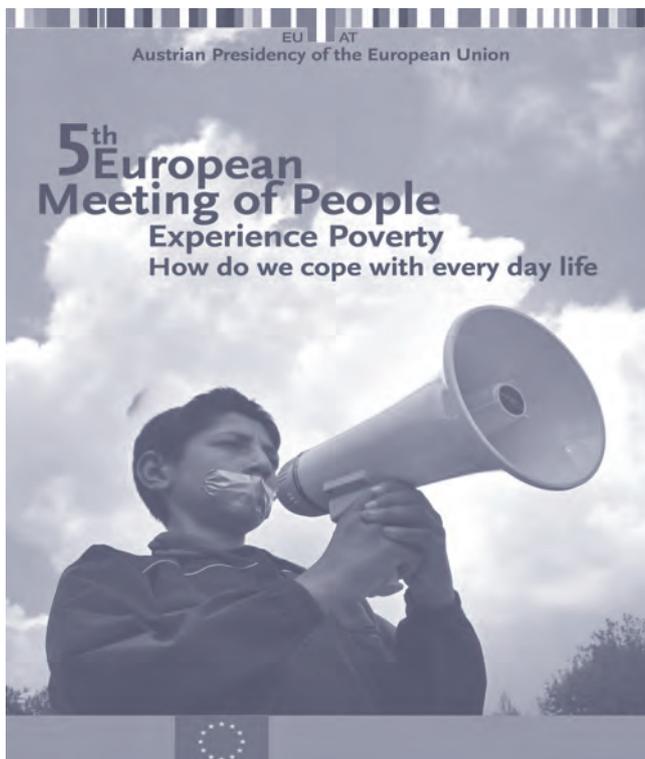


A propósito das comemorações do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza – 17 de Outubro – a Sede e os Núcleos da REAPN têm apostado numa estratégia de visibilidade, procurando, desde há uns anos, desenvolver e realizar um conjunto de iniciativas para que a data seja de facto um marco na luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal (ex.: eventos em cada um dos núcleos distritais, artigos na imprensa e nas diversas publicações disponíveis). No entanto, e apesar de este ser um trabalho fundamental na divulgação da mensagem da rede, faltava um evento – particularmente depois do início do processo de territorialização – marcante ao nível nacional e com fortes repercussões aos níveis regional/distrital. □

Foi neste contexto que surgiu a proposta de realização de três Encontros Regionais que além de se incluírem na estratégia de maior visibilidade para o 17 de Outubro, procuraram igualmente consolidar a estrutura territorializada ao nível distrital mas também regional. Aliás com a criação destas estruturas intermédias de acção no “terreno”, pareceu ser este um momento oportuno para continuar a desenvolver a metodologia de participação das Pessoas em Situação de Pobreza, promovendo-se, assim, um evento com um carácter mais amplo e abrangente, ou seja, colocando a questão da Participação a um nível supra-distrital. Deste modo a proposta avançada foi no sentido de realização de um Encontro por região, procurando que os mesmos tivessem impacto ao nível nacional e ao nível distrital e local. Nesse contexto realizaram-se os seguintes Encontros Regionais: □

- No Porto, abrangendo os distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real; □
- Em Coimbra, abrangendo os distritos de Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém e Viseu; □
- Em Évora, abrangendo os distritos de Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre e Setúbal.

Cada encontro compreendeu a organização de 3 workshops destinados apenas a pessoas que vivenciam/vivenciaram situações de pobreza e exclusão social (e com um guião prévio de questões) sendo que no final da tarde as questões levantadas foram discutidas com vários representantes de organismos públicos.



## Programa do Fórum Regional de Coimbra

10.00h Chegada dos participantes

10.30h Sessão de Abertura

Apresentação dos objectivos do evento

Mensagem para o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza

Fernando Pinheiro – Direcção da REAPN

Apresentação dos objectivos e Metodologia dos Workshops

Teresa Cunha (ESE de Coimbra, Presidente da Direcção AJP)

### 11.00h Workshops

Workshop 1

Facilitadora: Olga Lança (Confraria de N<sup>a</sup> Sra. da Nazaré)

Relator: António Ramalho (Caritas de Viseu)

Workshop 2

Facilitador: Paulo Pereira (AMI – Coimbra)

Relatora: Ana Margarida Almeida (ADM – Estrela - Guarda)

Workshop 3

Facilitadora: Elsa Vargas (Santa Casa da Misericórdia de Santarém)

Relatora: Maria Alice Rosa (Santa Casa da Misericórdia do Fundão – Castelo Branco)

### Participantes

Utentes de instituições de solidariedade social dos 6 distritos (Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém e Viseu).

13.00h Almoço

Animação com o Grupo Encanto Sénior – grupo que surgiu do projecto Activar a Participação

14.30h Workshop – Continuação dos trabalhos

15.45h Pausa para Café

Foto de grupo

16.15h Plenário Final

Apresentação das conclusões e questões ao Painel

Teresa Cunha

### Painel de Respostas

Representante da Delegação Regional do Centro do IEFP, Alberto Costa

Representante do Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra, Sandra Cardoso

Representante da Câmara Municipal de Coimbra, Marisa Gonçalves

Representante da Administração Regional de Saúde do Centro, Palmira Pereira

Representante da Delegação Regional do IDT do Centro, Joaquim Borges

## Definição de objectivos e metodologia

Para este encontro foram definidos os seguintes objectivos:

- Aprofundar a compreensão da natureza da pobreza na perspectiva das pessoas que se encontram em situação de pobreza e/ou exclusão social, mediante uma focalização das suas realidades, necessidades e prioridades;□
- Identificar as limitações que os pobres enfrentam e as áreas prioritárias para a redução da pobreza;□
- Obter a perspectiva dos pobres a respeito da sua qualidade de vida, das políticas de redução da pobreza, bem como sobre o acesso e a qualidade dos serviços prestados;
- Permitir que as pessoas em situação de pobreza façam uma análise das suas situações para que iniciem os seus próprios processos de redução da pobreza;□
- Promover a partilha de experiências de pessoas de diferentes territórios.

Em termos metodológicos, a filosofia, concepção e planeamento destes encontros Regionais, foram discutidos internamente na REAPN (Sede e Núcleos Distritais) sendo que o Núcleo Regional do Centro ficou responsável pela organização e realização do Encontro de Coimbra e pela resolução de questões como a escolha do local (Delegação Regional do Centro do Instituto Português da Juventude), a identificação da moderadora principal (Profª Dra. Teresa Cunha, da Escola Superior de Educação de Coimbra e presidente da Direcção da Ass. Jovens para a Paz), animação (Grupo Encanto Sénior), coffee-breaks (assegurados por empresa de inserção de Coimbra) e identificação de facilitadores e relatores para os workshops previstos: Olga Lança (Confraria de Nª Sra. da Nazaré), Paulo Pereira (AMI – Coimbra), Elsa Vargas (Santa Casa da Misericórdia de Santarém), António Ramalho (Cáritas de Viseu), Ana Margarida Almeida (ADM – Estrela - Guarda), e Maria Alice Rosa (Santa Casa da Misericórdia do Fundão – Castelo Branco).□

Em termos programáticos, procurou-se promover – apenas com os destinatários principais do encontro, e em formato de workshop - uma discussão em torno das seguintes questões:

- Quais os principais problemas que afectam o vosso quotidiano? (se possível cada participante enumeraria 3 problemas que pensa que afectam mais a sua vida).
- Quais julgam ser as principais causas desses problemas?
- O que tenho feito para sair da situação de pobreza/exclusão?
- De quem é a responsabilidade desta(s) situações? Quais as causas dos meus problemas?
- Sugestões para resolver os problemas colocados.□
- O que pensa deste Fórum? (Avaliação do Fórum)

No final, procurou-se confrontar, o trabalho desenvolvido nos workshops com um painel representativo dos vários organismos públicos de forma a contribuir para um debate tão alargado quanto possível no que se refere às questões de pobreza e exclusão social.



Antes do início dos trabalhos na parte da tarde, os participantes puderam ainda contar com uma animação a cargo do Grupo Encanto Sénior, que resultou do projecto Activar a Participação promovido pela REAPN.□

## Destinatários

Os principais destinatários foram pessoas que vivenciam ou vivenciaram, de algum modo, uma ou mais situações de desfavorecimento social. Por questões metodológicas e para garantir algum aprofundamento nas questões tratadas, o evento não foi aberto ao público em geral nos momentos de workshops/grupos de trabalho. Neste aspecto, cada núcleo distrital fez a selecção de algumas pessoas em situação de pobreza ou exclusão social, entre as instituições associadas ou não associadas, que constituiu a sua representação no Encontro Regional. Estes públicos foram diversificados e abrangentes em termos de género, faixa etária, problemática, e representação distrital, conforme quadro abaixo promovido pela REAPN.



Distrito	Participantes
Castelo Branco	6 Beneficiários de duas empresas de inserção social (5 homens de 60, 51, 50, 40 e 38 anos de idade e 1 mulher de 35 anos)
Coimbra	2 mulheres de 40 e 50 anos, beneficiárias do RSI; 2 homens e 2 mulheres, em formação profissional, com idades entre os 20 e os 25 anos; 1 mulher, de 30 anos, licenciada, estagiária numa Câmara mas com dificuldades económicas; <input type="checkbox"/> 1 mulher ex-toxicodependente, integrada socialmente e na casa dos 40 anos; <input type="checkbox"/>
Guarda	1 homem de 50 anos em processo de reintegração social (ex-toxicodependente, beneficiário de curso de formação profissional, DLD) e 1 mulher, de 34 anos, beneficiária do RSI (nota: por ter perdido comboio a senhora, acabou por não participar)
Leiria	1 homem, cerca de 40 anos, família monoparental, 4 filhos, emprego incerto (períodos de emprego e desemprego); 1 mulher de 83 anos, idosa, oriunda de Angola, viveu sempre em habitação social, baixo rendimento proveniente da situação de reformada;  1 homem de 50 anos, arrumador de carros há 10 anos, beneficiário do RSI; problemas de alcoolismo.
Santarém	1 mulher de 45 anos, trabalhadora agrícola que sobrevive com o salário mínimo. O marido sofre da doença de Alzheimer e alcoolismo. Habita numa casa em estado de degradação avançada e tem três filhos.  1 homem de 33 anos, toxicodependente em recuperação. Tem um filho com 4 anos e actualmente trabalha numa metalúrgica.  1 mulher de 38 anos, vítima de violência doméstica, actualmente integra uma família monoparental feminina, com três menores a cargo - tem contrato de trabalho com a empresa de limpeza e está a exercer funções de auxiliar de serviços gerais na Santa Casa da Misericórdia de Pernes; instituição que a tinha acolhido em Programa de Ocupação para Carentes em Fevereiro de 2007; <input type="checkbox"/>  1 mulher, beneficiária de RSI., que vive com o companheiro e 2 filhos menores. Frequenta, no Centro de Formação Profissional em Santarém, o Curso de Formação de Cabeleireira T2.
Viseu	4 homens (1 indivíduo de uma minoria étnica, 1 idoso, 1 pessoa com problemática psiquiátrica, 1 pessoa com deficiência) com 18, 32, 51 e 75 anos de idade.

Salienta-se aqui a colaboração das mais diversas instituições dos 6 distritos, na identificação de pessoas para participarem activamente neste encontro nomeadamente:

- Santa Casa da Misericórdia do Fundão;
- Cozinha para Si (Empresa de Inserção);
- BeiralInser (Empresa de Inserção);
- Associação Jovens para a Paz (Soure);
- Associação para a Recuperação Social e Institucionalização de Doentes Psiquiátricos (Soure);
- Câmara Municipal de Cantanhede;
- Cáritas Diocesa da Guarda;
- Núcleo Desportivo e Social (Guarda);
- Ass. Académico de Solidariedade de Leiria;
- Confraria de Nossa Senhora da Nazaré;
- Rede Social de Leiria;
- Vários (Tondela);
- Caritas (Viseu);
- Ass. Solidariedade Social Abraveses (Viseu);
- Fundação Joaquim dos Santos (Viseu).

## Resumo dos workshops e plenário final

### Workshop 1

Os principais problemas identificados e que afectam de sobremaneira o quotidiano dos participantes no grupo são diversificados e assentam sobretudo em dimensões como a empregabilidade, a gestão financeira do quotidiano, a saúde e a habitação. Em diversos casos, as dificuldades que enfrentam são concomitantes entre as diversas dimensões identificadas, redimensionando assim a complexidade dos casos. □

Alguns dos participantes, sobretudo aqueles com familiares a cargo, referem as dificuldades financeiras na gestão do quotidiano nomeadamente, no assegurar de despesas tidas como essenciais, tais como o pagamento da renda da habitação, as despesas de água e electricidade ou os cuidados de saúde e medicamentos. Esta dificuldade é praticamente transversal a todos os participantes sendo que dispõem de um rendimento de valor muito baixo e o qual é em grande parte destinado à liquidação de tais despesas. □

A falta e/ou incapacidade para a autonomia é também um dos problemas identificados e não raras vezes associado a problemas de saúde ou financeiros decorrentes de situações de desemprego. Nestes casos, apesar de adultos, prolongam a sua dependência em relação aos pais, igualmente em situações de fragilidade económica, pessoal ou social e reforçam assim os ciclos familiares de pobreza ou exclusão social. □

Quando questionados sobre as principais causas dos problemas identificados, a tendência é identificá-las com a ideia de “má sorte” aparentemente embebida de um conjunto de situações controversas e cíclicas que marcam para além do histórico de vida individual, igualmente o familiar (“nasce pobre, é pobre”) e que dificulta a identificação concreta e objectiva da génese do problema que enfrentam, assim como de uma estratégia de superação.

Há quem assuma, no entanto, uma responsabilidade pessoal pela situação de pobreza. Tal acontece, com alguma intensidade, nos casos marcados por comportamentos aditivos ou violência doméstica em que os indivíduos consideram que em parte, potenciaram, por opções tomadas ou incapacidade de reagir, as condições para a situação de vida que atravessam ou procuram superar.



Foi ainda discutida a percepção colectiva de que existe alguma arbitrariedade nos critérios de aplicação que enformam as respostas sociais, transbordando daí uma abordagem institucional assente e potenciadora de injustiças sociais: “para casos similares parece existir um tratamento desigual na resolução dos problemas”. Para além disso, foi ainda identificada uma desvalorização, por parte das instituições, das pessoas que vão beneficiando de programas de apoio ao emprego sem que sejam procuradas vias de empregabilidade efectiva para os beneficiários das medidas de emprego.

Por último, e de algum modo aglutinador de situações de vida e percepções, a desestruturação familiar foi identificada como responsável importante pela precariedade social, salientando-se assim a relevância da retaguarda familiar para o sucesso das estratégias individuais de vida e inversão dos percursos fustigados por situações de exclusão social e/ou pobreza.

A reflexão conjunta sobre medidas solucionadoras dos problemas identificados, revelou-se difícil e complexa sendo que, no entanto, a insistência no emprego como via integradora foi consensual assim como o princípio de que quem não tem efectivamente condições para trabalhar deveria ser devidamente apoiado.

Para o plenário final foi elaborado uma apresentação com os seguintes pontos:

#### *Perfil dos participantes:*

- Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI);
- Membros adultos de famílias monoparentais;
- Vítimas de violência doméstica;
- Toxicod dependência;
- Alcoolismo;
- Problemas de saúde mental;
- Solidão/Isolamento social;
- Baixa escolaridade;
- Migração;
- Profissões indiferenciadas;
- Precariedade do trabalho.

#### *Problemas identificados:*

- A nível económico;
- A nível habitacional;
- A nível da empregabilidade;
- A nível de saúde.

#### *Representações sociais:*

- Ciclo da pobreza: nasce pobre;
- Má sorte;
- Responsabilidade pessoal na situação de pobreza;

- Injustiça social, isto é, em casos similares sentem que existe um tratamento desigual na resolução do seu problema;
- Desestruturação familiar/Separação/Divórcio como responsável pela precariedade social.

#### *Questões pra debate:*

- Habitação Social – Qual a razão pela qual não há respostas em situações de urgência absoluta?
- Emprego – Porque é que o Estado não cria condições de apoio às entidades empregadoras para suportar a integração de pessoas inseridas em diversos programas (POC's, empresas de inserção, estágios profissionais, etc)?
- Cidadania – Como melhorar a forma de acesso à informação relativa a direitos e deveres de cada um?

## Workshop II

Depois de dadas as boas vindas, do agradecimento pela disponibilidade dos presentes por parte do facilitador e da apresentação de todos, foi reconhecido pelos presentes a importância deste tipo de iniciativas para dar voz a todo o tipo de públicos. As áreas discutidas vieram de encontro à natureza dos presentes, tendo isto sido traduzido numa discussão sobre as problemáticas sentidas pelos participantes na sua vida quotidiana. Deu-se também ênfase a este encontro tendo em vista a aplicação prática por parte dos técnicos das instituições relativamente ao tipo de abordagens feitas pelas pessoas em situação de exclusão social presentes, que, simultaneamente, tinham também a hipótese de sair do dia em questão com ilações positivas, uma vez que é raro que lhes seja dada voz nas sociedades em que vivemos hoje.

O objectivo inicial traduziu-se na tentativa de perceber a visão que cada um tinha dos principais problemas que afectam o dia a dia e as formas possíveis para conseguir ultrapassar a vulnerabilidade justificativa da situação em que se encontram. Assim, foram referidos como pontos essenciais a falta de formação como fundamento para as dificuldades na obtenção de um emprego com condições satisfatórias, havendo desta forma uma relação de causalidade directa entre ambos; a precariedade laboral, tanto por parte dos trabalhadores, que vão muitas vezes rodando de empresa em empresa, quase sempre com o ordenado mínimo, o que dificulta a segurança económica (pode-se dizer que essas pessoas não estão verdadeiramente empregadas, mas “desempregadas a prazo”), como por parte das empresas, que por falta de condições acabam por fechar; a inexistência de programas de apoio aos desempregados que possam culminar na obtenção real de empregos, sendo isto também válido para a formação profissional, que não vai na maioria das ocasiões de encontro às necessidades reais do mercado de trabalho, sendo que quanto mais avançada é a idade, menores são as possibilidades de encontrar um emprego digno, provocando situações manifestas de instabilidade; o problema da droga, impeditivo da aceitação social por parte das comunidades e, paralelamente contribuindo para a degradação do estado de saúde; a deterioração da vida familiar provocada por problemas de

alcoolismo, toxicod dependência, dispersão familiar, perda de entes queridos que apoiassem sentimental e financeiramente, dificuldades económicas, entre outros e a discriminação de género. Muitas vezes só a vontade não chega quando as pessoas chegam a determinados lugares e são de imediato estigmatizadas e estereotipadas, tendo, por assim dizer, um rótulo na testa. Muitas empresas aceitaram participar em programas que visassem apoiar, por exemplo, toxicod dependentes com vista à sua inserção no mercado de trabalho, mas, na maioria das ocasiões, nem uns nem outros estavam verdadeiramente preparados para enfrentar essa situação num contexto real de convívio diário no mundo laboral.

Em relação às causas da situação de pobreza em que as pessoas se encontram, devem-se muitas vezes às interpretações erróneas feitas pela sociedade relativamente a casos como a associação directa entre a posse de bens materiais e o bem estar social, não sendo considerado o facto de uma ou duas situações dramáticas poderem culminar no fim da estabilidade, ou a responsabilização dos pobres relativamente à situação em que se encontram, havendo aqui uma atribuição directa de culpas, como se ser pobre fosse um orgulho para alguém. Quem nasce pobre tem mais dificuldades em atingir um nível de vida estável do que aqueles que gozam de apoios mais abrangentes, como uma família com condições de vida razoáveis. Contudo, isto não quer dizer que a responsabilidade deva necessariamente ser atribuída à percentagem de população que não se encontra em situação de pobreza. Há questões que podem ser comuns a todos, mas há igualmente outras que têm a ver com o percurso individual de cada um, porque todos são diferentes e todos vivem experiências diferentes, mais ou menos felizes.

Pode-se também falar na inadaptação da sociedade às novas formas de exclusão social, que se verificam, por exemplo, nos casos dos indivíduos que não conseguem emprego porque possuem qualificações a mais para o tipo de trabalhos disponíveis (paralelamente, os empregos que dizem respeito à sua área de estudo estão muitas vezes já ocupados com indivíduos com níveis mais baixos de qualificação), não estando essas pessoas numa situação que se traduza necessariamente em pobreza mas possivelmente em exclusão.

Muitas vezes, verificam-se também situações de alguma dependência face a subsídios estatais como o subsídio de desemprego ou o Rendimento Social de Inserção face à ausência de oportunidades de melhorar a situação através de meios como o emprego, por exemplo. Ao nível institucional, torna-se também difícil dar respostas satisfatórias a curto prazo face às necessidades reais dos milhões de pobres e/ou excluídos existentes, apostando o Estado excessivamente na sobrevalorização das políticas activas de emprego, não advindo destas grande retorno para uma melhoria significativa das condições de vida. No entanto, muitas instituições dependem precisamente dessas políticas e encaram-nas como a única forma de ter trabalhadores nas suas fileiras, ainda que temporariamente, sendo sucessivamente substituídos por outros através de estágios ou programas

ocupacionais, por exemplo. Há que considerar que trabalhar as questões sociais não se deve coadunar com os compromissos estatísticos e o desemprego não pode ser tratado por uma via meramente economicista. É preciso ter em conta também que a escolaridade mínima obrigatória é hoje o 9º ano e muitos não o têm, não sendo, no entanto, o Programa Novas Oportunidades uma verdadeira solução, uma vez que contribui para que as pessoas reforcem as suas qualificações mas não as suas competências, embora também seja verdade que existe muita gente que não tem o 9º ano, mas tem capacidades acima do nível de escolaridade que ostenta. Assim, o eixo estrutural da definição das políticas de inclusão e de carácter económico em Portugal é visto como um dos principais responsáveis pela situação actual, o que resulta no descrédito por parte da população na melhoria das condições em que vivem.

São muitas vezes as pequenas grandes questões das nossas vidas que nos fazem poder melhorar, nomeadamente as questões do emprego e da aceitação social, tendo sido referidos os projectos de vida, relativos ao Programa Vida-Emprego, como um exemplo de boa prática que pode levar àqueles. É necessário que se promovam menos medidas e melhores medidas. A aposta em áreas de formação mais viradas para o mercado de trabalho é uma hipótese para conferir às pessoas competências que lhes possam proporcionar uma empregabilidade mais imediata. Um maior encaminhamento por parte dos centros de emprego para programas para desempregados que estejam mais ajustados à área de formação ou de trabalho dos utentes em condições para participar nos mesmos seria uma forma de motivação e de aprendizagem contínua para aqueles, sendo essa uma possibilidade concreta de continuarem a fazer o que sabem, e, eventualmente ter mais possibilidades de conseguir um contrato no fim dos programas. Ao mesmo tempo, há a necessidade de encarar como positivas todas as experiências no mundo laboral, por exemplo, sendo os programas ocupacionais formas de escapar ao marasmo em que se traduz a vida no desemprego, não sendo contudo soluções para a vida. No fundo, as políticas activas de emprego podem assumir um carácter mais positivo se a sua operacionalização for mais bem conseguida, uma vez que, por exemplo, pessoas que trabalham toda a vida e se vêem subitamente numa situação de desemprego por motivo de despedimento ou de



falência do local onde trabalhavam, depois de serem colocadas em programas ocupacionais até à data em que o subsídio de desemprego expira, não têm qualquer outra solução para as suas vidas. Outra das soluções apontadas é a reivindicação da legitimidade de todos terem um emprego e um mundo melhor, implicando isto uma procura activa de emprego e uma luta constante pela melhoria das condições de vida e aceitação social, sendo que isto só pode ser feito pelos próprios indivíduos em situação de pobreza ou exclusão social, de forma a que, no dia em que as verdadeiras oportunidades surjam, possam ser agarradas com as duas mãos. Assumindo-se que existe riqueza no nosso país, só uma distribuição mais equitativa da mesma a curto prazo pode alterar o que hoje se passa, apostando-se por exemplo na formação. Além disso é necessário que os recursos humanos e administradores das empresas tenham também mais qualificações para exercer e compreender a necessidade de mão de obra também qualificada. □

Para o plenário final foi elaborado uma apresentação com os seguintes pontos:

*Quais os principais problemas que afectam o vosso quotidiano?*

- Falta de formação profissional, académica;
- Desemprego;
- Uso de drogas;
- Discriminação de género;
- Integração em programas e medidas com “renovação” permanente de Recursos Humanos.

*Quais julgam ser as principais causas desses problemas?*

- Sobrevalorização das políticas activas de emprego que servem apenas para esconder os números do desemprego;
- Má formação profissional – muita frequência de cursos de formação profissional e poucos resultados efectivos na prática;
- As Instituições aproveitam-se sucessivamente de medida e programas de inserção. O Centro de emprego permite que as entidades acolham ano após ano novos POC's ... e mais ... para postos de trabalho efectivamente necessários.

*O que tenho feito para sair da situação de emprego/exclusão?*

- Não cruzar os braços, fazer uma procura activa de emprego;
- “Quando apareceu uma oportunidade, agarrei essa oportunidade”.

*De quem é a responsabilidade desta(s) situação(s)? Quais as causas dos meus problemas?*

- Não são as pessoas individualmente que têm culpa de ser pobres mas também não é apenas o Estado na sua totalidade.
- O estado pode intervir numa primeira linha numa correcta política de distribuição de riqueza ... apostando na formação ... é dar a cana e ensinar a pescar. □
- Depois todos devemos agarrar essa oportunidade

### *Sugestões para os problemas criados?*

- Distribuição correcta de riqueza com aposta efectiva de qualificação dos Recursos humanos;
- Qualificação dos recursos humanos (colaboradores) e administradores de empresas;

### *Questões para debate*

- Porque se continuam a integrar pessoas em entidades que não têm a mínima sensibilidade para as receber?
- Porque é que as Entidades recrutam pessoas, consecutivamente através do Centro de Emprego e Formação Profissional, e, após determinado tempo, independentemente da sua qualidade profissional são substituídos por novos beneficiários. Programas e medidas autorizam a renovação permanente de beneficiários - as entidades não sofrem quaisquer consequências por não “ficarem” com os beneficiários de diversas medidas?
- Haverá solução para a relação perversa: Desemprego vs Idade?

### *Mensagem Final*

- Efectivamente, ainda se assiste hoje a uma pobreza envergonhada para fugir ao estigma e rejeição da sociedade; A sociedade está dividida... “ou somos utentes ou somos contribuintes”;
- E se formos utentes / beneficiários, o que se espera é que cada cidadão usufrua dos seus direitos seja o RSI seja qualquer outro apoio enquanto se encontra em fase de carência;
- Contudo, por vezes o beneficiário é rotulado pela sociedade ...“o olhar do outro”, “a rejeição do outro” !!!
- Quanto mais uma pessoa é estigmatizada, é rotulada, mais enfrenta pressões ao nível da sociedade que confluem para agudizar a situação de pobreza de partida.

### **Workshop III**

O grupo presente no workshop 3 era bastante heterogéneo na sua composição ao nível de sexo (6 homens e 4 mulheres), idade (entre 18 e 70 anos), proveniência (dos 6 distritos mas também de meios rurais e urbanos) e problemáticas sociais (jovens, idosos, doença mental, ...)

A discussão desenvolveu-se em torno de várias questões que por uma questão de lógica foram agrupadas conforme pontos abaixo:

Várias problemáticas ligadas à saúde (envelhecimento, toxicod dependência, doença mental, medicação cara, ...):

a mudança de técnicos que acompanham o processo individual prejudica o necessário envolvimento, deixam de ter contactos com o beneficiário;

- manter um médico de qualidade num Centro de Saúde longe da área da residência; (qualidade da assistência médica versus Serviço de qualidade inferior apesar de mais próximo da residência);
- consultas demoradas;
- o médico de família não o conhece.

Falta de informação aos cidadãos:

- maior divulgação dos programas de apoio (ex.: combater o isolamento de algumas ideias)
- muitas vezes este esforço parte do próprio indivíduo mas isso parte de características próprias que nem todos têm;

Carência Económica:

- falta de dinheiro para comprar bens essenciais (pão, ...)
- renda de casa é uma das maiores preocupações ao nível dos orçamentos jovens.

Assistência Social, por parte dos técnicos:

- devia haver maior proximidade das populações pois o técnico fica mais inteirado dos problemas das pessoas.
- a rotatividade pode, no entanto, combater a instalação de vícios no desenvolvimento do processos que nem todos têm;

Habitação:

- casas atribuídas mas fechadas;
- casas que são atribuídas a pessoas de longe enquanto outras que moram perto esperam por vezes anos (9 anos, por exemplo);
- a habitação devia ser atribuída a todos os que vivem situações precárias, aos mais necessitados;
- bairros sociais são desvirtuados na sua utilização (ex.: num bairro para retornados vivem outras pessoas sendo que os filhos dos retornados têm de sair);
- alternativa à atribuição de casa: apoios aos arrendamentos. O actual incentivo é bastante limitador porque aos 30 anos é quando as pessoas constituem família e mais precisam de apoio (devia ser pelo menos até aos 35);
- o nº de pessoas do agregado familiar deve ser pensado bem como a existência de elementos com deficiência;
- devem ser melhor pensadas as acessibilidades das habitações porque causa das pessoas idosas.



## Educação:

- livros caros;
- injusto obter equivalência a um determinado nível (9º, 12º) a partir de um curso mais curto.

## Emprego:

- “o trabalho faz-nos bem”;
- ter um trabalho ajuda ao aumento da auto-estima.

## Aspirações individuais:

- cuidar do filho;
- viajar.

## Plenário Final

O plenário final iniciou-se com uma apresentação do trabalho de cada grupo sendo que cada um levantou um conjunto de questões para debate que relembramos:

- Habitação Social – Qual a razão pela qual não há respostas em situações de urgência absoluta?
- Emprego – Porque é que o Estado não cria condições de apoio às entidades empregadoras para suportar a integração de pessoas inseridas em diversos programas (POC's, empresas de inserção, estágios profissionais, etc)? □
- Cidadania – Como melhorar a forma de acesso à informação relativa a direitos e deveres de cada um?
- Porque se continuam a integrar pessoas em entidades que não têm a mínima sensibilidade para as receber? □
- Porque é que as Entidades recrutam pessoas, consecutivamente, através do Centro de Emprego e Formação Profissional, e após determinado tempo, independentemente da sua qualidade profissional são substituídos por novos beneficiários? [Programas e medidas que autorizam a renovação permanente de beneficiários - as entidades não sofrem quaisquer consequências por não “ficarem” com os beneficiários de diversas medidas.]
- Haverá solução para a relação perversa: Desemprego vs Idade?

Considerando a mobilização colectiva e a consciência social para os problemas existentes nas áreas do emprego, saúde, isolamento, educação e formação, Teresa Cunha sublinhou a importância de se concretizar no encontro de reflexão conjunta, um painel vasto e multifacetado que pudesse dar conta das respostas que têm surgido para fazer face às preocupações existentes. Assim, estiveram presentes vários representantes de organismos públicos, nomeadamente do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), do Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra (CDSS Coimbra), da Câmara Municipal de Coimbra (CMC), da Administração Regional de Saúde do Centro (ARS Centro), e do Instituto da Droga e da Toxicodpendência (IDT). □

Alberto Costa, representante do IEFP, valorizou as exposições feitas e orientou a sua intervenção segundo duas assumpções às quais atribui valor diferente. Primeiro, sublinhou positivamente a importância que se atribui ao papel do Estado

na definição e implementação de políticas sociais e de emprego e a sua necessária articulação com um assumir efectivo e colectivo da responsabilidade individual nos processos de inclusão social como componente igualmente importante no sucesso de cada estratégia: que sejam as próprias pessoas a consciencializarem-se que são elas que têm que lutar dentro das oportunidades que têm, e terem uma posição de exigência face à sociedade e às instituições com um papel importante no âmbito do emprego. □

Em contrapartida, Alberto Costa rejeitou profundamente a ideia frequentemente divulgada e reiterada pela opinião pública de que as políticas de emprego servem para iludir os números do desemprego. Pelo contrário, salientou que as políticas de emprego constituem um importante instrumento de direito ao trabalho e que no âmbito do IEFP, os números do desemprego, de indivíduos em Programas Ocupacionais (POCs) ou em Empresas de Inserção são absolutamente transparentes uma vez acessíveis a qualquer interessado.

Procurou ainda clarificar que as políticas sociais de emprego devem ser encaradas como um importante instrumento de igualdade de oportunidades e favorecedor da integração e como tal, uma vez reconhecidas as suas limitações e dificuldades, afirmou que o que é preciso fazer é lutar para que as políticas de emprego sejam cada vez mais justas, mais amplas e melhores. Sobre a percepção de “ineficácia” dos POCs na integração profissional após a sua frequência, sugeriu que estes poderão constituir uma oportunidade muitas vezes pervertida pelas instituições que beneficiam desta possibilidade. Perante tal, afirma que o dever será de todos como também do IEFP no confronto e ataque incisivo a essas situações, uma vez que as entidades que podem acolher pessoas em programas ocupacionais são precisamente as entidades sem fins lucrativos, tendo estas na sua própria razão de ser, a luta contra a pobreza e exclusão social. □

No entanto, comentou que para além do número significativo de trabalhadores que são admitidos ao serviço após a conclusão dos Programas Ocupacionais, se a exigência de contratação após os programas ocupacionais fosse consagrada, tal conduziria, por certo, ao fim dos programas ocupacionais. ... Por outro lado, e referindo-se ao papel dos técnicos de emprego e seu papel na condução das estratégias e projectos individuais, salientou que a sua missão é a de encontrar soluções para os problemas das pessoas em situação de desemprego, mas nem sempre a ida para um programa ocupacional é a melhor solução e portanto, a especificidade de cada caso deverá orientar a intervenção planeada. □

Por fim, ressaltou ainda que, com frequência, os problemas que enformam cada situação remetem para as questões da educação e qualificação, sendo por isso necessário e prioritário, aumentar as qualificações das pessoas que não as têm, para que essas tenham de imediato algo a dar à empresa no âmbito do que antes aprenderam, reforçando assim o contributo da Formação e a aposta estratégica de que tem sido alvo. □

Do ponto de vista de Marisa Gonçalves, enquanto representante da Câmara Municipal de Coimbra, os problemas referidos constituem um verdadeiro novo, pelo

encadeamento com que se apresentam... Como tal, e considerando a área da habitação como principal área de intervenção do Município, face ao número de pobres existentes no território no qual intervém, a Câmara Municipal de Coimbra tem procurado priorizar algumas situações de acordo com a sua urgência, *embora considere que é impossível arranjar casa para todos*.

Explica ainda que as situações encaminhadas pelos núcleos de Rendimento Social de Inserção prendem-se com o emprego, a habitação e a saúde, desencadeando uma série de processos que poderão culminar ou não na atribuição de habitação pelo que reconhece que apesar do quadro legal existente e relativo à habitação, a resposta dada e existente tem sido de facto, mínima. Tal constatação pode de facto assumir-se com alguma incoerência face à identificação da habitação como um problema do concelho de Coimbra pela Rede Social. Com pretensões de inversão da abordagem que tem sido feita ao problema em causa, foi constituído um grupo de trabalho nesse âmbito, com o objectivo de concretizar um levantamento extensivo do parque habitacional que permita detectar as situações de degradação e sustentar acções de sensibilização para que os proprietários façam as obras necessárias. No entanto, também isto é atravessado por dilemas complexos como o são o facto de que muitas vezes os próprios proprietários são pobres ou moram, em grande parte dos casos, sozinhas, pagam rendas muito baixas, impedindo a possibilidade de obras nesses edifícios. Caberá portanto às Autarquias, a junção de esforços e o estabelecimento de parcerias para diagnosticar e fazer pressão sobre as entidades mobilizáveis para o efeito. □

Sandra Cardoso, pelo Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra, enalteceu as questões relacionadas com a cidadania e o acesso ao exercício dos direitos a ela inerentes.

Sublinhou aqui o importante papel da Segurança Social e o carácter nacional e internacional da preocupação com o livre acesso dos cidadãos aos direitos de cidadania, igualmente inscrita no Plano Nacional de Acção para a Inclusão. Contudo, reafirmou que é necessário que sejam os próprios cidadãos a participar e a estar cientes dos seus direitos e deu como exemplo o Rendimento Social de Inserção, que assenta entre outras, na obrigação dos beneficiários em fazerem jus aos seus direitos, nomeadamente no que se refere às pensões de alimentos, quando confrontada com situações em que muitas vezes é o próprio beneficiário que se “recusa” a requerer um direito que lhe assiste. Para além disso, a Segurança Social tem feito um esforço para que se efective uma maior proximidade com o cidadão, através da criação das lojas do cidadão, na tentativa de descentralizar e tentar fazer um atendimento mais personalizado e articulado com outros serviços de modo a assegurar o acesso de todos aos direitos. Foi ainda dado o exemplo da Rede Social, que apelando à participação dos cidadãos, é um meio privilegiado de comunicação e de partilha de informação. E a este propósito, referiu uma acção conjunta que irá ser realizada entre a Rede Social e o Complemento Solidário de Idosos, procurando fazer chegar a essa população alvo a mensagem

do acesso ao programa e a todos os outros direitos que lhes assistem. Por último, salientou que tem havido na última década por um lado, um grande aumento da procura dos serviços por parte do cidadão e por outro, um aumento do conhecimento de que os cidadãos dispõem sobre as medidas existentes. Para tal contribui, na perspectiva de Sandra Cardoso, para além do empenho dos serviços da Segurança Social, um incomparável contributo inovador dos *mass media*, nomeadamente com a publicidade relativa ao apoio à maternidade ou ao Complemento Solidário de Idosos.

Joaquim Borges, pelo IDT, reiterou tudo o que foi dito pelos grupos de trabalho e insistiu no facto de que todos os indicadores são explosivos no que diz respeito aos comportamentos aditivos. Explicou que o local onde trabalha impõe actualmente uma centralidade no cidadão, numa base territorial, trabalhando para superar os desafios que se colocam com vista a uma efectiva diminuição da pobreza, numa articulação e intervenção complementar com outras estruturas de saúde, estruturas sociais, CLAS e Autarquias.

Sublinhou que a toxicod dependência, a saúde mental, o álcool, a baixa escolaridade, a falta de habitação condigna, a solidão e os “3 Ds” (doença, divórcio e desemprego), são sobretudo o que mais atinge as pessoas fragilizadas, tirando no entanto, o divórcio e colocando as famílias monoparentais, por referência ao contexto moderno actual. Assim, reforçou que todos esses indicadores que se provam ser indutores de pobreza concentram-se nos pobres, que há cerca de 30 anos se dedica a ajudar. Para Joaquim Borges, as pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social constituem uma população que está exclusivamente na corda bamba. Mas do ponto de vista do que tem sido a intervenção social a esse nível, considera que têm havido alguns avanços em termos de atitudes do IDT e das estruturas de saúde. E sobre isto salientou que quando falamos em riqueza ou pobreza é preciso avaliar que a saúde não é necessariamente um indicador de riqueza. No entanto, quando se consegue reduzir o número de doenças, muitas delas fatais, tais como a hepatite C, consegue-se prevenir e ao fazê-lo estamos a conseguir um ganho que o cidadão nessas circunstâncias tem que ter a proactividade de procurar e exigir aos serviços. Um “ganho” em saúde é portanto uma mais valia que temos. □

Para além disso, o nível de exigência que o povo português determina às estruturas do Estado, nomeadamente às instituições públicas, na opinião de Joaquim Borges, cresceu muito nos últimos anos, e, assim, para responder à população alvo da instituição que se representa, considera que há que dar indicadores claros de que a população está mais “rica” do ponto de vista da saúde, embora não necessariamente com mais saúde.

Em jeito de apontamento final, e recuperando a questão da formação por referência aos problemas existentes em termos da gestão dos consumos e da vida profissional, revelou que hoje em dia, as famílias face à sociedade de consumo, procuram exercitar a poupança, havendo, por exemplo, nas sociedades nórdicas, manuais que ensinam os adolescentes a poupar, e por outro lado, face à penalização profissional sobre os

diversos níveis de experiência laboral exigidos, considera que o que é mais importante é ir aprendendo ao longo da vida. Palmira Pereira, pela Administração Regional de Saúde, considera que a problemática da saúde está de algum modo associada ao abordado até ao momento. Salientou porém, que a temática da pobreza e exclusão social alcança também a área da saúde, nomeadamente no que diz respeito à educação para a saúde. Se hoje se ouve falar com frequência, na promoção da saúde, na prevenção da doença, tal não pode estar de modo algum, dissociado da noção de educação para a saúde. E nesse sentido, é constatável que a evolução tem sido positiva e favorável pelo acesso que temos à informação, e pela importância que tem sido atribuída à questão da educação para a saúde. Se é importante a noção de qualidade de vida, das pessoas necessitarem ou quererem para si qualidade de vida, a saúde é então um dos pilares a ter em conta. A qualidade de vida passa por várias coisas, nomeadamente pela educação, que está relacionada com muita coisa, como o facto de as pessoas serem conhecedoras dos planos de vacinação, dos modos correctos de alimentação, da necessidade de exercício físico para poderem ter um percurso cada vez mais saudável, prevenir a doença e ter qualidade de vida. Essa passagem de informação é hoje uma prática e uma responsabilidade de quem trabalha na saúde. Em termos de necessidades primárias, todos os centros de saúde têm hoje programas de planeamento familiar, planos de vacinação, de descentralização de informação à população em geral, sendo esse percurso que se fez uma mais valia que todos temos que reconhecer. Outra questão importante e de algum modo relacionada com a saúde é a solidão. Esta atinge essencialmente as gerações mais velhas. É preciso ter em conta que a população idosa aumenta num contexto social em que os laços familiares estão cada vez mais lassos, mais soltos e os valores estão cada vez mais distorcidos, favorecendo situações graduais de isolamento e solidão, o que leva na perspectiva de Palmira Pereira, à doença, à dependência e à necessidade de recorrer às estruturas de saúde. A saúde pode, por isso, ter um papel determinante no combate à solidão. Neste âmbito, uma das medidas importantes que surgiram, para além de outras já existentes, foi a rede dos cuidados continuados, mais dirigida à população idosa, e que é indubitavelmente, uma resposta necessária e que colmatará muitas dificuldades que atravessam a nossa sociedade.



Já no que se refere à problemática da saúde mental, quando implicada com questões de emprego, continuidade de projectos de vida, etc., considera-se que há ainda um percurso a fazer, e, por isso mesmo, a saúde mental está actualmente em fase de reestruturação, esperando-se que traga benefícios para a sociedade em geral.

Na perspectiva de Teresa Cunha, e em jeito de intervenção final num apelo ao debate, a pobreza tem tanto de material como de imaterial, tal como existe a riqueza do dinheiro, existe igualmente a riqueza dos afectos e das emoções. Realçou que da interacção entre os grupos de trabalho e os elementos presentes na mesa se pode concluir que há uma maior sensibilidade para uma aproximação entre as entidades públicas e as pessoas em situação de vulnerabilidade social, de risco ou de pobreza. Referiu também que todos os ministérios e serviços da Administração Pública nas suas variadas competências contêm medidas ou programas que podem servir de recurso para resolver determinado tipo de problemas, muito embora todos esses departamentos tenham a perfeita noção de que os recursos são limitados e que o universo dos problemas supera muitas vezes em amplitude os recursos disponíveis.

## Conclusão

A pobreza e a exclusão social são fenómenos de natureza essencialmente colectiva e resultam, sobretudo, da forma como a sociedade se encontra organizada. O próprio desenvolvimento económico e o progresso tecnológico, da mesma forma que criam oportunidades e meios para o bem-estar ou para a participação cívica, geram novas formas de exclusão e novas situações de pobreza. Porque a pobreza e a exclusão social são problemas da sociedade no seu conjunto, exigem uma responsabilização colectiva incluindo-se aqui as próprias pessoas que experimentam situações de desfavorecimento social. É neste aspecto em particular que se insere a metodologia adoptada pela REAPN, para assinalar, em 2007, o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

A realização dos Encontros Regionais pretendeu contribuir para um debate alargado, descentralizado e inclusivo dos(as) destinatários(as) das políticas de combate à Pobreza e à Exclusão Social em Portugal. Nesse sentido, nos *Workshops*, procurou-se, através de metodologias participativas, envolver activamente os indivíduos de várias problemáticas sociais no sentido de lhes dar espaço e oportunidade de intervenção, procurando, num segundo momento – o Plenário Final – confrontar as suas opiniões com a dos responsáveis pela definição e aplicação das políticas sociais

É sobretudo por esta componente de privilegiar um fórum onde as pessoas puderam expressar as suas opiniões e onde os assumimos como protagonistas ao atribuí-lhes “voz activa” que se considera que este evento contribui para o reforço do *empowerment* de todos.

*José Machado, Marta Amaro, Patrícia Grilo, Paula Montez, Ricardina Reis,  
Rui Lopes, Susana Lima*

O Núcleo Distrital de Castelo Branco da REAPN, orientando-se pelos princípios de parceria, cooperação, participação, intercâmbio de serviços, saberes e experiências considera importante atribuir visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas instituições de solidariedade social, do distrito de Castelo Branco que diariamente lutam pelo combate à pobreza, contribuindo dessa forma para a construção de uma sociedade mais justa e mais solidária, apesar de todos os obstáculos e constrangimentos que enfrentam quotidianamente, mormente num distrito envelhecido e desertificado.

Nesse sentido, para assinalar o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza no Distrito, o Núcleo realizou um evento com componentes de animação, mostra social e rastreio gratuito. Os destinatários, foram por um lado, as instituições de solidariedade social do distrito, que tiveram oportunidade de se apresentar e mostrar o trabalho que desenvolvem junto dos seus públicos, para além da oportunidade da partilha de experiências e boas práticas; por outro lado foram igualmente destinatários os técnicos, dirigentes e voluntários das instituições assim como os projectos Progride Uma Comunidade Uma Família, de Proença-a-Nova, Vivermaisidanha de Idanha-a-Nova, e o Núcleo de Atendimento à Vitima de Violência Doméstica do Distrito de Castelo Branco Por último, os utentes das instituições e toda a comunidade em geral da cidade de Castelo Branco, foram também destinatários deste evento no sentido de lhes mostrar o trabalho social desenvolvido

No que diz respeito ao espaço de mostra social e da animação, os actores-chave foram, sem dúvida, as instituições, quer na apresentação dos projectos e das valências, quer nos vários desempenhos de animação (teatro, música e dança), quer na



partilha de experiências quer ainda através da divulgação de informação sobre o trabalho desenvolvido pelas instituições para todos os utentes e comunidade assim como a própria participação dos utentes das instituições como protagonistas da animação

Sem dúvida que a actividade que suscitou maior interesse foi a largada de 400 balões de 2 cores que por alguns minutos coloriram o céu e deu aos técnicos, pessoas idosas e comunidade em geral, a possibilidade de participarem numa actividade de sensibilização para problemática da violência doméstica e em particular da violência institucional uma vez que os balões transportavam mensagens alusivas tais como *A violência é, em primeiro lugar, os outros, Toda a vida merece amor, O afecto nada tem a ver com violência, quem ama protege, Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar, Dor não rima com amor.*

No final, todos demonstraram satisfação pelo sucesso deste evento, demonstrando interesse e motivação para uma futura iniciativa deste género.

Paula Montez





O Núcleo Distrital de Santarém da REAPN e os seus associados decidiram assinalar o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza – Dia 17 de Outubro, pondo em prática uma campanha de recolha de livros, filmes infantis (em DVD ou vídeo) e livros técnicos sobre crianças e adolescentes junto da sociedade civil, destinando-se estes materiais às IPSS’s do Distrito de Santarém com valências na área da infância e juventude que pretendessem criar/ampliar uma biblioteca infanto-juvenil. De referir que, inclusive, participaram nesta iniciativa, Instituições com valências apenas na área dos idosos sabendo, à partida, que não iriam receber os produtos recolhidos.

Para esta Campanha foram definidos os seguintes objectivos:

- Promover o acesso e o gosto pela leitura a um maior número de crianças do Distrito;
- Rentabilizar os recursos existentes, redistribuindo os livros que já não são utilizados;
- Promover a participação de todos os cidadãos na tarefa de facilitar a formação das crianças;
- Sensibilizar a sociedade civil para as questões da pobreza e da exclusão social, nomeadamente ao nível da infância e da juventude;
- Assinalar o Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades.

Esta actividade desenvolveu-se em várias etapas tendo-se iniciado com uma conferência de imprensa realizada no Governo Civil de Santarém no dia 10 de Outubro sendo que no dia 17 decorreu a recolha dos livros em diversos espaços nos quatro concelhos aderentes (Abrantes, Coruche, Salvaterra de Magos e Santarém) e culminando no dia 20 de Novembro – Dia Universal da Criança – com a entrega dos materiais recolhidos no Centro Comercial W Shopping às IPSS’s que se candidataram. Ao nível quantitativo estiveram envolvidas cerca de 100 pessoas, 50 entidades; recolheram-se 2000 livros/filmes que foram distribuídos por 19 Instituições, das quais 9 não associadas, tendo cada uma delas recebido 50 livros e 19 filmes.

Como balanço final pode-se afirmar que esta iniciativa superou as expectativas, quer do Núcleo e dos seus associados, quer ao nível dos parceiros que colaboraram na Campanha sendo de destacar o grau de envolvimento das Instituições que aderiram e que se mobilizaram com forte empenho para obter o maior número possível de livros.

Instituições que colaboraram nesta iniciativa: Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental; Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém, Centro Social Interparoquial de Santarém e Centro Social de Bem Estar Social de Vale de Figueira e Centro Social e Paroquial de Santa Maria em Achete, Iar de Santo António em Santarém Centro de Solidariedade Social Nossa Sra. da Luz na Póvoa de Santarém Centro de Bem Estar Social de Marinhas, Centro de Bem Estar de Muge, Centro de Bem Estar Social de Foros de Salvaterra de Magos, Santa Casa da Misericórdia de Abrantes e Centro de Apoio a Idosos de Rios de Moinhos e Cáritas Paroquial de Coruche e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância. Para além destas instituições colaboram estreitamente nesta campanha o Governo Civil de Santarém, a Escola Superior de Gestão, o Centro Distrital de Segurança Social, o grupo de Escuteiros de Santarém, algumas superfícies comerciais e outros voluntários.

Ricardina Reis



## O 17 de Outubro em Viseu

Para a comemoração do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza no distrito de Viseu decidiu-se fazer uma actividade dirigida aos públicos desfavorecidos, uma vez que o dia em questão pretende antes de mais dar voz aos que não a têm, de forma a que possam ter visibilidade e consciencializar a sociedade em geral para os problemas da pobreza e exclusão social. O 17 de Outubro, em Viseu, foi acima de tudo um dia festivo e o público alvo a que se destinou foram as crianças ligadas às instituições do distrito. Esta foi a forma encontrada para aproximar as instituições do Núcleo Distrital através de uma estratégia em que a ideia não era a de fazer actividades para elas mas com elas. Concretizando, realizaram-se dois espectáculos no Instituto Português da Juventude, que consistiram de manhã numa sessão de arte circense e de tarde numa actuação de um grupo de teatro, seguidos, em ambos os casos de uma distribuição de lembranças a todas as crianças envolvidas.

Os objectivos essenciais foram alertar a comunidade em geral para os problemas inerentes à pobreza e exclusão social, consciencializar as crianças desde cedo para essas situações proporcionando-lhes igualmente um dia diferente e estabelecer parcerias para a realização de futuros eventos que visem promover o bem estar da comunidade. Colaboraram directamente na organização do evento o Instituto Português da Juventude, a Loja Ponto Já, em termos



de cedência de espaço e sensibilização dos presentes, o Teatro 3/GICAV, que actuou na parte da manhã, a Escola Profissional de Torredeita, que fez a representação da tarde, a APPACDM e o Internato Vítor Fontes, que participaram na organização e divulgação, a Empresa de Camionagem Berrelhas e a Câmara Municipal de Tondela, que ofereceram transporte a todos os que não poderiam de outra forma deslocar-se e a Seri Dois Publicidade e Artes Gráficas Lda., que elaborou os cartazes do evento.

A actividade contou com uma participação da quase totalidade dos associados do Núcleo de Viseu, através dos seus técnicos e, no caso das instituições que trabalham directamente com crianças, com os utentes.



## NOVAS PUBLICAÇÕES REAPN

HESPAÑA, Pedro (coord.), É o (Des)emprego fonte de Pobreza, REAPN, 2007



"É o (des)emprego fonte de pobreza?"

Esta publicação é o culminar de uma investigação desenvolvida por uma equipa multidisciplinar que, ao longo de perto de dois anos, procurou analisar as dinâmicas do emprego, do mau emprego e do desemprego no distrito de Coimbra. Sobretudo, é um trabalho que retrata uma dimensão mais qualitativa, subjectiva destas problemáticas, pelo recurso a técnicas de investigação que valorizam as vivências, as histórias de vida daqueles que se encontram em situações menos favoráveis face a oemprego. É, acima de tudo, um importante contributo para o aprofundar do conhecimento sobre o problema do desemprego que, na actual conjuntura económica e social nacional, assume contornos preocupantes e que configura cenário(s) de pobreza e exclusão social.

DIAS, Ana Catarina, Dinâmicas de Castelo Branco: Uma caracterização sócio-económica do distrito e das suas ONG's, REAPN, 2007



"Dinâmicas de Castelo Branco: uma caracterização sócio-económica do distrito e das suas ONG's"

Esta publicação está dividida em duas partes. Na Parte I (uma Caracterização Sócio – Económica do distrito de Castelo Branco) procurou-se analisar e caracterizar o distrito ao nível de vários indicadores relativos ao território, população, saúde, educação, protecção social, emprego, habitação, consumo e bem-estar e tecido económico e empresarial.

A Parte II corresponde a uma caracterização das instituições que actuam no campo social que resultou dos dados obtidos um questionário aplicado a 182 instituições. Aqui pretendeu-se ter um conhecimento aprofundado do tipo de respostas sociais que as instituições oferecem à comunidade e a sua dinâmica, assim como o método de intervenção social para poder avaliar a realidade institucional do distrito.

## OUTRAS PUBLICAÇÕES:

- COELHO, Jorge, Facilitar a participação, Aliende (Associação para o Desenvolvimento Local, 2005 □
- ESTIVILL, Jordi, et al, Pequenas experiências Grandes esperanças, REAPN, 2006
- GONZALO ARANGUREN, Luis, La participación ciudadana : posibilidades e retos, 2004
- GUALEJAC, Vicent, BONNETTI, Michel, FRAISSE, Jean, L'ingénierie sociale, Paris, Syros, Alternatives, 1989 □
- REAPN, Activar a Participação: um processo em construção, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Porto, 2004 □

## SITES:

- 6º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza  
[http://www.eapn.org/code/en/event\\_detail.asp?pk\\_id\\_content=2620](http://www.eapn.org/code/en/event_detail.asp?pk_id_content=2620)
- CIARIS - Centro Informático de Aprendizagem e de Recursos para a Inclusão Social  
[www.ciaris.org](http://www.ciaris.org)
- Projecto Isto Inclui-Me - [www.istoincluime.org](http://www.istoincluime.org)